|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)** | | | | |
| **I - INFORMAÇÕES GERAIS** | | | | |
|  | | | | |
| 1. **Número do Processo**   **Administrativo:** | | | **\_\_\_\_\_/2025** | |
|  | | | | |
| **2. Setor Requisitante:** | |  | | 1 - SECRETARIA DE GOVERNO |
|  | |  | | 2 - ASSESSORIA JURÍDICA |
|  | | 6 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO |
|  | | 7 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO |
|  | | 8 - SECRETARIA DE FAZENDA |
|  | | 9 - SECRETARIA DE SAÚDE |
|  | | 10 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO |
|  | | 11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS |
|  | | 12 - SECRETARIA DE OBRAS, SERV. E DES. URBANO |
|  | | 13 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
|  | | 14 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO |
| **X** | | 15 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA |
|  | | 16 - SECRETARIA DE POLÍTICA HABITACIONAL |
|  | | | | |
| **3. Equipe de Planejamento da Contratação:** | | | Patrícia Pedroso de Oliveira – Secretária de Planejamento  Rosicleide Inforzato – Diretora de Planejamento  Camila Dias Ramalho Matta- Secretária Da Agricultura e Pecuária  Nilda Cristina da Costa Antunes – Fiscal | |
|  | | | | |
| **4. Objeto:** | MOTONIVELADORA, última série, nova, zero hora, com fabricação admissível a partir do segundo semestre de 2024 ou superior. | | | |
|  |  | | | |
| **5. Local** | Diversos  FISCAL DO CONTRATO PORTARIA NRº 2135/2025 - Nilda Cristina da Costa Antunes | | | |
|  | | |  | |
| **II - Diagnóstico da Situação Atual:** | | | | |
|  | | | | |
| 1. **Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (artigo 15, caput, §1º do Decreto nº 3.537/2023):** | | | | |

A presente contratação visa atender à necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura de Bandeirantes/PR quanto à aquisição de 01 (uma) Motoniveladora nova, zero hora, com recursos oriundos do Convênio nº 160/2025 - por meio do PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO, firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, conforme registrado no e-protocolo nº 23.790.871-6.

A demanda decorre da crescente necessidade de ampliar e qualificar os serviços de apoio à infraestrutura rural no município, especialmente nas ações voltadas à manutenção, readequação e recuperação de estradas vicinais, limpeza de vias e valetas, manejo de conservação de água e solo, conformação de taludes e caixas de contenção, e abertura de acessos às propriedades agrícolas. Tais atividades são essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar e das pequenas propriedades rurais, que representam a base da produção agropecuária local.

Segundo o Plano de Trabalho do Convênio, o Município de Bandeirantes apresenta um contexto socioeconômico caracterizado por desafios estruturais no meio rural. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2022), o Índice de Desempenho Municipal (IDM) é de 0,7390, classificado como de desempenho médio. O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária no ano de 2023 alcançou R$ 418.720.844,92, conforme relatório da SEAB/DERAL, situando-se abaixo da média estadual, de R$ 496.288.608,80.

O município possui aproximadamente 700 produtores rurais, dos quais 563 integram a agricultura familiar, ou seja, mais de 80% da produção rural municipal está nas mãos da agricultura familiar. Além disso, existem 115 famílias inscritas no CadÚnico, sendo que 66 delas estão abaixo da linha da pobreza, o que demonstra a importância das políticas públicas de apoio à produção agrícola e à permanência do produtor no campo. O mapeamento fundiário, realizado com base em cartas topográficas do IBGE e publicado na revista Engenharia Agrícola, aponta para uma predominância de imóveis rurais com área inferior ao módulo fiscal, especialmente nas regiões mais afastadas, evidenciando os desafios de produtividade e sustentabilidade desses pequenos estabelecimentos.

A estrutura da Secretaria Municipal de Agricultura tem se mostrado insuficiente para atender, com eficiência e agilidade, à crescente demanda por serviços de infraestrutura rural. A ausência de equipamentos compatíveis, como a Motoniveladora, tem causado atrasos na manutenção das estradas, comprometendo o escoamento da produção agropecuária, o acesso ao transporte escolar rural e a mobilidade para serviços públicos essenciais no campo. Diante disso, a aquisição de uma Motoniveladora nova, zero hora, representa uma solução estratégica, garantindo maior autonomia, redução de custos com locações terceirizadas, economia com manutenção corretiva, e maior eficiência operacional na execução dos serviços públicos.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação justifica-se não apenas pelo impacto econômico positivo no setor agrícola — principal atividade econômica do município — mas também pela promoção da inclusão produtiva, combate à pobreza rural e sustentabilidade das comunidades do campo. A aquisição deste equipamento viabiliza a efetiva execução do objeto do convênio, conforme previsto no Plano de Trabalho, e contribui para garantir condições dignas para que os agricultores familiares continuem vivendo e produzindo nos bairros rurais, com estímulo à permanência no campo e ao investimento em cadeias produtivas sustentáveis.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (artigo 15, §1º, II, do Decreto nº 3.537/2023):** | | | |
|  | | | |
| X | **Sim** – Especificar Ano: 2025 |  | **Não** – Justificar em item 2.1. |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, Ano: 2025, Diário Oficial Eletrônico, devidamente publicado no portal da transparência do município, acessível: [file:/ //C:/ Users/PC/Downloads/13% C2%BA%20Altera%C3%A7%C3% A3o%20do% 20PAC%20-%202025% 20(1).pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/13%C2%BA%20Altera%C3%A7%C3%A3o%20do%20PAC%20-%202025%20(1).pdf), conforme especificações postas no Documento de Formalização de Demanda, documentos anexos e:   |  |  | | --- | --- | | **SETOR REQUISITANTE** | **SEQUÊNCIA** | | SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA | **SAP0119** | |
|  |
| 2.1. **JUSTIFICATIVA SE NEGATIVO**: Não se aplica  2.2. A contratação está prevista nas seguintes leis orçamentárias:  2.2.1. PPA - Lei n.º 4.057/2021 de 10 de novembro de 2021;  2.2.2. LDO - Lei n.º 4.462/2024, de 14 de agosto de 2024;  2.2.3. LOA – Lei nº 4.477/2024, de 03 de dezembro de 2024; |
|  |
| **2.2. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:** |
|  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **2.3. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**  Em conformidade com as normas constantes dos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a presente contratação enquadra-se em: | | | | |
| Criação ação de governo |  | Sim | **x** | Não |
|  |  |  |  |  |
| Expansão ação de governo |  | Sim | **x** | Não |
|  |  |  |  |  |
| Aperfeiçoamento ação de governo | **x** | Sim |  | Não |

**Justificativa:** A contratação não implica na criação ou expansão de ações de governo, uma vez que não se trata de implantação de nova política pública ou ampliação do escopo de atendimento além do já previsto no planejamento municipal. Trata-se do aperfeiçoamento de ação de governo existente, consistente no fortalecimento da frota de veículos pesados da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, visando à melhoria da infraestrutura rural, manutenção e recuperação de estradas vicinais, bem como apoio às atividades operacionais no campo.

O investimento, oriundo do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669 (SEAB), está devidamente previsto no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e dotação específica da Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo ao art. 16, §1º, da LRF. Ademais, não acarretará aumento permanente de despesas obrigatórias, tratando-se de aquisição de bens patrimoniais com recursos previamente assegurados e impacto financeiro já considerado no planejamento orçamentário.

|  |
| --- |
| **3. Descrição dos requisitos da potencial contratação (artigo 15, §1º, III, do Decreto nº 3.537/2023):** |

**a) Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:**

A contratação tem por finalidade a aquisição de 01 (uma) motoniveladora nova, zero hora, destinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, para atender às ações de manutenção, recuperação e melhoria das estradas rurais e vicinais do Município de Bandeirantes/PR, garantindo o escoamento da produção agropecuária e o acesso seguro da população residente na zona rural.

O equipamento deverá ser robusto e apropriado para uso intensivo em obras de conservação de vias não pavimentadas, possuir motor a diesel, cabine fechada e climatizada, comandos hidráulicos para controle da lâmina e demais acessórios necessários à operação eficiente.

A aquisição decorre da formalização do Convênio nº 160/2025 com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), constante do Processo nº 23.790.871-6

.

**b) Padrões mínimos de qualidade relativos ao objeto:**

A motoniveladora deverá ser fabricada no ano da aquisição, atender integralmente às normas de segurança, ergonomia e emissão de poluentes vigentes no território nacional, possuir certificações técnicas aplicáveis e ser entregue com todos os itens originais de fábrica, manuais de operação e garantia mínima de 12 (doze) meses.

Deverá contar com assistência técnica autorizada em território nacional e disponibilidade de peças de reposição, de modo a assegurar a continuidade dos serviços públicos de manutenção das vias rurais.

**c) Prazo de disponibilidade da solução à Administração:**

O prazo de vida útil estimado do equipamento, considerando o regime de uso e a manutenção preventiva periódica, é de no mínimo 10 (dez) anos, podendo ser prolongado mediante revisões e reparos adequados. A garantia ofertada deverá ter vigência mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, incluindo mão de obra, peças e deslocamento técnico.

|  |
| --- |
| **III - Prospecção de Soluções (artigo 15, §1º, V e VI):** |
|  |
| 1. **Levantamento de Mercado (artigo 15, §1º V, do Decreto nº 3.537/2023):** |

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade demonstrar, de forma estruturada e fundamentada, a necessidade, a viabilidade e a alternativa mais adequada para o atendimento direto às demandas das comunidades rurais e da própria Administração Pública, mediante a utilização de maquinário pesado, notadamente a motoniveladora.

Atualmente, o Município de Bandeirantes/PR dispõe de 03 (três) motoniveladoras em operação, empregadas em atividades de manutenção, recuperação e abertura de estradas vicinais, bem como em outras frentes de trabalho da Administração relacionadas a obras públicas. Esses equipamentos atendem a uma malha viária rural com aproximadamente 500 km de extensão, essencial para a circulação de pessoas, insumos e produtos agrícolas.

A iniciativa de ampliar a capacidade de produção agrícola, assegurar melhores condições para o escoamento da produção e contribuir para a sustentabilidade das atividades rurais, além de fortalecer os serviços públicos urbanos, configura-se como ação estratégica de fortalecimento da infraestrutura municipal e de promoção do desenvolvimento socioeconômico local.

Não obstante os esforços da Administração em manter a frota existente em condições adequadas, a demanda crescente e a intensidade de uso evidenciam a necessidade de reforço e modernização da estrutura disponível, de modo a garantir maior eficiência, continuidade e qualidade na prestação dos serviços. A insuficiência de equipamentos ou a limitação da capacidade operacional compromete diretamente a infraestrutura rural, gerando reflexos negativos sobre a economia local e sobre a qualidade de vida da população.

Diante desse cenário, poderiam ser cogitadas alternativas como a locação de maquinário, a cessão de uso mediante convênios intermunicipais ou a aquisição por intermédio de consórcio público. Contudo, advindo oportunidade de contar com recursos financeiros por meio do PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO repassados pelo Governo do Estado do Paraná, o município através do Processo nº 23.790.871-6, buscou firmar convenio para suprir a demanda existente.

Posterior a apresentação de plano de trabalho no Processo nº 23.790.871-6, foi firmado com o Governo do Estado do Paraná, pela SEAB, Convênio nº 160/2025 – SIT 72669, com contrapartida municipal reduzida, que se mostrou a opção mais vantajosa, segura e eficiente.

Assim, o gestor administrativo optou pela adesão ao convênio, que possibilita a aquisição de 01 (uma) motoniveladora nova, zero hora, destinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Bandeirantes/PR, em plena conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Por se tratar de aquisição custeada por transferência voluntária de recursos, aplicam-se, além da Lei nº 14.133/2021, as normas específicas que regem a gestão de transferências intergovernamentais, em especial os Decretos Estaduais nº 10.086/2022 e 10.370/2025, que regulamenta a execução de convênios no âmbito do Estado do Paraná, subsidiariamente no Decreto Federal nº 11.531/2023, que institui o Marco Regulatório das Transferências Voluntárias da União.

Esses normativos impõem cuidados adicionais e condicionantes à aplicação dos recursos, especialmente quanto à forma de contratação, à economicidade e à compatibilidade com o plano de trabalho aprovado.

Nesse contexto, deu-se início à fase interna do procedimento licitatório, visando à contratação de 01 (uma) motoniveladora nova, zero hora, destinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Bandeirantes/PR. O processo tramitou administrativamente sob o nº 155/2025, tendo sido indicada como solução a adesão à Ata de Registro de Preços do Consórcio CIRAU, considerada mais vantajosa após pesquisa de mercado, ainda que condicionada ao pagamento de taxa de adesão no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Todavia, quando da submissão do processo à Procuradoria Jurídica Municipal, foi exarado, em 02/09/2025, o Parecer Jurídico nº 111/2025, manifestando-se pela impossibilidade jurídica de prosseguimento do feito, nos termos da conclusão a seguir transcrita:

*“IV - CONCLUSÃO*

*Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela impossibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, por afronta ao Princípio da Legalidade e Moralidade, ante a ilegalidade da cobrança de Taxa Administrativa injustificada, caracterizando a mercantilização de Atas de Registro de Preços.*

*É o parecer, salvo melhor interpretação. Ressalte-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico, expressando a opinião de seu signatário e, por não ter densidade normativa, não alcança os critérios de conveniência e oportunidade administrativa, escoimando ainda qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, § 3º da Lei n. 8906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.”*

No exame jurídico citado acima, foram identificados alguns pontos críticos que merecem atenção. Em primeiro lugar, destacou-se a não realização de análise prévia de alternativas à aquisição, como a locação, a cessão de uso ou a cooperação por meio de consórcios públicos, em descumprimento ao art. 44 da Lei nº 14.133/2021, que impõe a comparação entre custos e benefícios para justificar a escolha mais vantajosa.

Outro ponto sensível também destacado no parecer, refere-se à adesão à Ata de Registro de Preços: embora seja juridicamente possível, ela deve ser conduzida com rigor, considerando que o Município, ao aderir, passa à condição de ente não participante, submetendo-se às regras e fiscalização do órgão gerenciador, inclusive quando este pertence a outro Estado, o que pode trazer riscos adicionais de ingerência administrativa. Ainda nesse contexto, foi apontada a questão da taxa de adesão à ata, entendida como indevida quando não prevista no edital e sem lastro legal suficiente, pois pode configurar afronta aos princípios da legalidade e moralidade, caracterizando mercantilização de atas de registro de preços.

Por fim o parecer, reforçou-se a necessidade de observância dos critérios de sustentabilidade exigidos pela legislação (Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 12.305/2010), devendo o planejamento contemplar aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, com definição objetiva das exigências de sustentabilidade aplicáveis ao objeto.

No tocante à análise de alternativas prevista no art. 44 da Lei nº 14.133/2021, destaca-se que no processo nº 155/2025 foi realizada a avaliação comparativa de diferentes soluções, incluindo locação, cessão/cooperação via consórcios públicos, aquisição de equipamento usado e aquisição de equipamento novo, como abaixo transcrito:

*“No âmbito das soluções disponíveis foram analisadas diferentes possibilidades para atender à demanda de fortalecimento da infraestrutura rural do Município de Bandeirantes/PR, no âmbito do Convênio nº 160/2025, que prevê a aquisição definitiva de bens novos e permanentes.*

*A locação de motoniveladora foi considerada inviável, pois, além de incompatível com as exigências do convênio, geraria custo recorrente, sem retorno patrimonial e sem atender à obrigatoriedade de incorporação do bem ao ativo municipal. Embora a locação proporcione disponibilidade imediata e dispense alto investimento inicial, apresenta desvantagens significativas como a ausência de patrimônio, custo contínuo e dependência de terceiros.*

*A cessão de uso ou cooperação com entes públicos, por meio de consórcios intermunicipais, também não atende às exigências do convênio, que requer a compra de equipamento novo com nota fiscal em nome do Município. Apesar de possibilitar compartilhamento de custos e acesso eventual a equipamentos modernos, essa alternativa carece de exclusividade e depende de agendas externas, tornando-a inadequada para uma demanda contínua.*

*A aquisição de equipamento usado apresenta custo inicial menor e possibilidade de entrega rápida, mas não atende às cláusulas contratuais que exigem ano/modelo vigente e garantia do fabricante. Além disso, envolve maior risco de falhas, custos de manutenção mais elevados e durabilidade reduzida, comprometendo a eficiência operacional.*

*Por fim, a aquisição de motoniveladora nova, zero hora foi definida como a solução adotada, pois atende integralmente às exigências do convênio, assegura maior eficiência nas operações e vida útil estimada superior a 8 anos, reduzindo custos com manutenção corretiva e locação, além de permitir a incorporação do bem ao patrimônio municipal. A única desvantagem dessa alternativa é o maior custo inicial, que exige dotação orçamentária compatível.”*

Cada alternativa foi analisada sob a ótica de custos, benefícios, riscos e compatibilidade com as exigências do Convênio nº 160/2025, conforme registrado. Dessa forma, entende-se que o requisito legal foi atendido, ainda que a conclusão tenha apontado a inviabilidade das demais opções frente às cláusulas do convênio.

Ainda, em atenção a conclusão do Parecer Jurídico nº 111/2025, a equipe de planejamento procedeu à reavaliação das alternativas de fornecimento, com vistas a afastar riscos de afronta à legalidade e assegurar o atendimento às exigências do Convênio nº 160/2025. Foram examinados os seguintes cenários:

**a) Licitação Direta promovida pelo Município (Pregão Eletrônico ou Concorrência)**

Vantagens: Permite à Administração Municipal elaborar edital ajustado às especificidades locais e às condições do convênio, incluindo exigências de garantia, assistência técnica e sustentabilidade; favorece a ampla competitividade, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021; afasta riscos de cobranças acessórias (como taxas administrativas).

Desvantagens: Demanda maior tempo para elaboração, análise e julgamento; exige mobilização da equipe técnica e jurídica; pode comprometer o cumprimento do cronograma do convênio, caso o prazo disponível seja exíguo.

**b) Adesão à Ata de Registro de Preços (Carona)**

Vantagens: Agilidade na contratação, com preços previamente pactuados; Possibilidade de atender integralmente às especificações exigidas pelo convênio (ano/modelo vigente, garantia, assistência técnica autorizada). Existe Ata de Registro de Preços nº 002/2025 – CIRAU, atualmente vigente, que contempla características compatíveis com as exigências do convênio.

Desvantagens: Conforme consignado no Parecer Jurídico nº 111/2025, a Ata de Registro de Preços nº 002/2025 – CIRAU prevê a cobrança de taxa administrativa de adesão; A cobrança de taxa administrativa caracterizaria conforme parecer, afronta aos princípios da legalidade e da moralidade, configurando mercantilização da ata, o que inviabiliza juridicamente a contratação nesse formato; Submissão do Município às regras do órgão gerenciador, reduzindo margem de customização; Risco de ingerência administrativa quando a ata é gerida por ente de outro Estado.

Conclusão parcial: Ainda que seja alternativa válida em tese, a existência de taxa administrativa inviabiliza sua utilização neste caso concreto.

**c) Contratação por intermédio de Consórcio Público**

Vantagens: Possibilidade de economia de escala; Negociação coletiva com maior poder de compra.

Desvantagens: Requer formalização de adesão e tramitação própria, com risco de incompatibilidade com o cronograma do convênio; limita a autonomia do Município e pode atrasar a execução.

**d) Fornecimento centralizado via Convênio Estadual**

Vantagens: Simplifica a execução para o Município, reduzindo riscos de falhas processuais locais.

Desvantagens: Não aplicável ao presente caso, pois o Convênio nº 160/2025 prevê repasse direto ao Município, cabendo a este integral responsabilidade pela aquisição.

Em consulta ao Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, identificou-se que diversos municípios vêm adotando diferentes modalidades de seleção de fornecedores para aquisição de motoniveladoras e equipamentos rodoviários, especialmente no âmbito de convênios com a SEAB. Os principais exemplos recentes são:

* Município de Guarapuava/PR – Edital nº PCE 61/2025, modalidade Pregão Eletrônico (aberto-fechado), publicado em 24/09/2025, para aquisição de equipamentos rodoviários vinculados ao Convênio nº 156/2025 – SEAB (Programa Estradas Rurais Integradas).
* Município de Campo Mourão/PR – Edital nº PCE 97/2025, modalidade Pregão Eletrônico em Registro de Preços, publicado em 23/09/2025, destinado à aquisição de equipamentos agrícolas e rodoviários para a Secretaria de Infraestrutura e Agricultura.
* Município de Antônio Olinto/PR – Edital nº 073/2025, modalidade Pregão Eletrônico (modo aberto), publicado em 19/08/2025, para aquisição de uma motoniveladora, em conformidade com o Convênio SEAB nº 314/2025.
* Município de Sengés/PR – Ato de Contratação Direta nº 31/2025, modalidade Inexigibilidade, publicado em 22/09/2025, referente à adesão à Ata de Registro de Preços nº 011/2025, Pregão Eletrônico nº 015/2025 do CIRAU, para compra de motoniveladora.
* Município de Laranjeiras do Sul/PR – Ato de Contratação Direta nº 21/2025, modalidade Inexigibilidade, publicado em 19/09/2025, para aquisição de motoniveladora mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 011/2025, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 015/2025 do CIRAU, em atendimento ao Convênio SEAB nº 493/2025.

À vista das práticas identificadas, constata-se que a licitação direta por pregão eletrônico conduzida pelo próprio Município representa a solução juridicamente mais segura e em consonância com o Parecer Jurídico nº 111/2025, ao afastar riscos de nulidade decorrentes da cobrança de taxas administrativas em atas de registro de preços. Ademais, a licitação própria assegura o atendimento integral às exigências do convênio; amplia a competitividade entre fornecedores; fortalece a transparência e a publicidade do certame; garante conformidade com os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade.

|  |
| --- |
| 1. **Estimativa do valor da contratação (art. 15, §1º VI do Decreto nº 3.537/2023):** |

2.1.1. Com fundamento no Plano de Trabalho aprovado no âmbito do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669, que definiu as características e especificações técnicas do objeto, procedeu-se à pesquisa de preços em conformidade com o artigo 23 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e com os artigos 368 e seguintes do Decreto Municipal nº 3.537/2023.

2.1.2. A atividade foi conduzida pela servidora **NILDA CRISTINA DA COSTA ANTUNES** – Matrícula nº 992, responsável pela coleta e análise dos dados mercadológicos, devidamente anexados a este Estudo Técnico Preliminar, acompanhados do respectivo mapa comparativo de preços.

2.1.3. A pesquisa considerou os seguintes elementos:

|  |  |
| --- | --- |
| **x** | Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; |
|  |  |
| **x** | Painel de Preços do Governo Federal; |
|  |  |
|  | Banco de Preços em Saúde; |
|  |  |
| **x** | Contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive mediante sistema de registro de preços; |
|  |
| **x** | Dados de pesquisa publicada em mídia especializada ou de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal; (Ex. Tabela Fipe, CMED, tabelas oficiais.) |
|  |
|  |  |
|  | Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; |
|  |  |
| **x** | Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail; |
|  |
|  |  |
|  | Pesquisa através de notas fiscais eletrônicas emitidas em características similares; |
|  |  |
|  | Outros: |

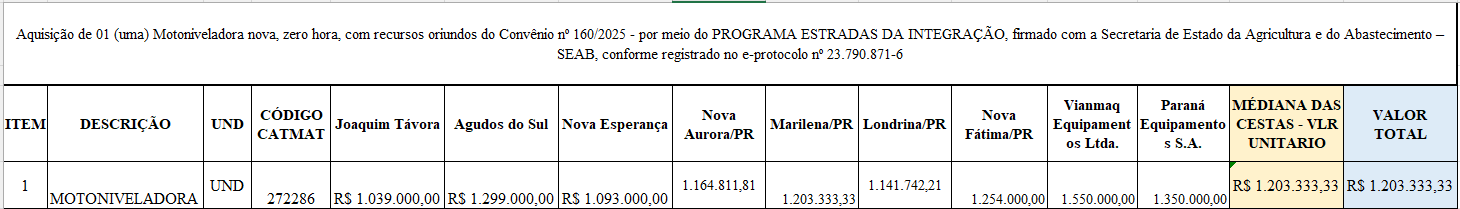
2.1.3.1. Em PNCP foram analisados os preços praticados pelos municípios abaixo:

| **Município** | **Tipo de Documento** | **Valor**  **Unitário (R$)** |
| --- | --- | --- |
| Nova Aurora/PR | PCE 90047/2025 – Pregão Eletrônico (SRP) | 1.164.811,81 |
| Marilena/PR | PCE 030/2025 – Pregão Eletrônico (SRP) | 1.203.333,33 |
| Londrina/PR | Edital Pregão - 90164/2025 | 1.141.741,21 |
| Nova Fátima | Edital Pregão - 90056/2025 | 1.254.000,00 |
| Nova Esperança | Contrato | 1.093.000,00 |
| Agudos do Sul | Contrato | 1.299.000,00 |
| Joaquim Távora | Contrato | 1.039.000,00 |
| Vianmaq Equipamentos Ltda. (Distribuidor autorizado Komatsu) | Pesquisa com Fornecedores | 1.550.000,00 |
| Paraná Equipamentos S.A. (Caterpillar) | Pesquisa com Fornecedores | 1.350.000,00 |
| Valor mediano final |  | 1.203.333,33 |

2.1.3.2. Na pesquisa de fornecedores foram consultadas as empresas:

| **Fornecedor** | **Modelo** | **Valor Unitário (R$)** | **Prazo de**  **Entrega** | **Garantia** | **Assistência Técnica** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Vianmaq Equipamentos Ltda.  (Distribuidor autorizado Komatsu) | GD 655-5 | 1.550.000,00 | Até 30 dias | 12 meses | Autorizada no Paraná |
| Paraná Equipamentos S.A.  (Caterpillar) | 120 Next Gen | 1.350.000,00 | Até 5 dias úteis | 12 meses | Autorizada no Paraná |

2.1.3.3. A MEDIANA de mercado apurada foi de R$ 1.203.333,33 (um milhão, duzentos e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) por unidade, conforme demonstra tabela abaixo:



|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Catmat** | **Descrição do objeto** | **Und** | **Qtd** | **Valor**  **Unitário** | **Valor**  **Total** |
| **01** | **27286** | MOTONIVELADORA COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: fabricação nacional, última série, nova, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior.  **Especificações técnicas mínimas:**  aquisição de 01 (uma) motoniveladora nova, zero hora, última série de fabricação, ano/modelo vigente ou superior, admitida fabricação a partir do segundo semestre de 2024.  Potência efetiva líquida mínima de 140 HP;  Motorização a diesel, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 490/2018 (PROCONVE MAR-III ou superior);  Peso operacional mínimo de 14.000 kg e máximo de 17.550 kg;  Transmissão tipo PowerShift, com no mínimo 6 marchas à frente e 3 à ré, com acoplamento por conversor de torque ou transmissão direta;  Sistema hidráulico com bomba de pistão de fluxo variável;  Lâmina com dimensões de no mínimo 3.650 mm de largura e 610 mm de altura, com sistema hidráulico para tombamento e deslocamento lateral;  Direção hidrostática, articulação com raio de giro de no máximo 7.200 mm e ângulo de talude de até 90º;  Ripper traseiro com no mínimo 5 dentes;  Pneus dianteiros e traseiros 14x24 G2/L2 ou superiores;  Sistema elétrico 24V;  Cabine fechada com ar-condicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS;  Tanque de combustível com capacidade mínima de 280 litros;  Rastreador via satélite de fábrica, conforme exigido na ARP;  Adesivagem institucional obrigatória, conforme diretrizes do Convênio nº 160/2025 – SEAB..  **Condições de fornecimento:**  Garantia mínima de 12 (doze) meses ou até 2000 hrs (o que ocorrer primeiro), com cobertura integral de peças, mão de obra, logística e demais insumos; Todas as revisões de manutenção preventiva, logística e insumos às expensas da contratada, durante o período de garantia ou até 2.000 horas de uso, o que ocorrer primeiro; Entrega com tanque cheio, com capacidade mínima de 280 litros; A contratada será responsável por todas as despesas, bem como por danos e/ou avarias do bem até sua entrega definitiva na sede do Município; Treinamento técnico-operacional e entrega técnica obrigatórios, a serem realizados pela fornecedora, com emissão de certificado de participação aos operadores indicados pela Administração; Aplicação de adesivo específico do programa vinculado ao convênio. | **Und** | **01** | **1.203.333,33** | **1.203.333,33** |

|  |
| --- |
| VALOR TOTAL DO CONTRATO **R$ 1.203.333,33** |

1. **Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do §1º do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023):**

Após análise das alternativas disponíveis, concluiu-se que a licitação direta, por meio de Pregão Eletrônico conduzido pelo próprio Município, representa a solução mais adequada, segura e vantajosa para a contratação da motoniveladora destinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Bandeirantes/PR.

Em primeiro lugar, a tentativa de adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2025 – CIRAU, ainda que apresentasse atratividade em termos de prazo e valores, foi juridicamente inviabilizada diante dos apontamentos constantes do Parecer Jurídico nº 111/2025, que identificou afronta aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa em razão da cobrança de taxa de adesão não prevista em lei, caracterizando mercantilização da ata. Assim, restou afastada esta opção por risco de nulidade do processo e eventual responsabilização do gestor.

Do mesmo modo, a análise das demais hipóteses previstas no art. 44 da Lei nº 14.133/2021 — como locação, cessão de uso ou aquisição por intermédio de consórcios públicos — revelou-se incompatível com as cláusulas do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669, que exige a aquisição definitiva de bem novo, zero hora, com nota fiscal em nome do Município. Tais alternativas, embora possíveis em outros contextos, mostraram-se inadequadas diante da necessidade de incorporação patrimonial do equipamento e do uso contínuo na manutenção de cerca de 500 km de estradas rurais.

Nesse sentido, a licitação direta confere ao Município:

* Autonomia na elaboração do edital, possibilitando a inclusão de requisitos técnicos, de sustentabilidade e de garantia plenamente compatíveis com as demandas locais e com o convênio firmado;
* Ampla competitividade, permitindo a participação de fornecedores em igualdade de condições, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021;
* Segurança jurídica, ao afastar riscos de nulidade relacionados a taxas administrativas indevidas ou ingerência de entes externos;
* Transparência e publicidade, ao adotar procedimento público e eletrônico, alinhado às melhores práticas de governança e controle externo;
* Economicidade, ao permitir a disputa aberta de preços e a obtenção de condições mais equilibradas de mercado, preservando o recurso público repassado pelo Estado.

Considerando a natureza do objeto — aquisição de bem industrializado, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado — será adotado o critério de julgamento pelo menor preço, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Esse critério assegura que as propostas que atenderem aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no edital disputem pelo menor dispêndio para a Administração, incluindo a análise de custos diretos e indiretos relacionados ao ciclo de vida do bem. Dessa forma, garante-se a vantajosidade da proposta vencedora, sem prejuízo da qualidade.

A adoção do critério de maior desconto foi considerada, mas afastada, por ser mais aplicável a contratações baseadas em tabelas referenciais (como combustíveis e serviços de manutenção). No presente caso, a utilização de menor preço global mostra-se mais compatível com a realidade do objeto e com o planejamento do convênio, oferecendo maior clareza, objetividade e segurança ao certame.

Diante do exposto, a licitação direta mediante Pregão Eletrônico com julgamento por menor preço revela-se como a alternativa que melhor atende aos objetivos do Convênio nº 160/2025, aos princípios da administração pública e às necessidades operacionais do Município de Bandeirantes/PR, assegurando o fortalecimento da infraestrutura rural e a melhoria da logística de transporte da produção agrícola.

**3.1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO:**

|  |  |
| --- | --- |
|  | A Solicitação de Demanda não indicou e esta equipe não localizou nos estudos, nenhum normativo específico referente ao objeto estudado. |
|  |
|  |  |
| **X** | Foram localizados normativos acerca do objeto estudado, e estes estão sendo considerados no presente estudo: |
|  |

**3.4.1.** Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**3.4.2.** Decreto Municipal nº 3.537/2023.

**3.4.3.** Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

**3.4.4.** Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

**3.4.5.** Lei n° 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos

**3.4.6.** Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

**3.4.7.** PPA - Lei n.º 4.057/2021 de 10 de novembro de 2021;

**3.4.8.** LDO - Lei n.º 4.462/2024, de 14 de agosto de 2024;

**3.4.9.** LOA – Lei nº 4.477/2024, de 03 de dezembro de 2024

3.4.10. Convênio nº 160/2025 – SIT 72669 – Instrumento firmado entre o Município de Bandeirantes/PR e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), que define o objeto, os recursos, os prazos e as obrigações das partes para a aquisição de motoniveladora nova, zero hora.

3.1.11. Demais normas correlatas, incluindo:

* Resoluções do CONAMA aplicáveis ao objeto (Resolução nº 490/2018 – PROCONVE P8/Euro VI);
* Legislação tributária, trabalhista, ambiental e de trânsito, naquilo que for pertinente à execução contratual.

3.1.12. Decretos Estaduais nº 10.086/2022 e 10.370/2025

**IV - Detalhamento da Solução Escolhida**

1. **Descrição da solução como um todo (art. 15, §1º, V e VI do Decreto nº3.537/2023):**

**1.1. Objeto:** A solução definida para atendimento da necessidade pública consiste na aquisição de 01 (uma) motoniveladora nova/zero hora, última série de fabricação, ano/modelo vigente ou superior, destinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária do Município de Bandeirantes/PR.

**1.2. Natureza do Objeto:** A natureza do objeto deste ETP, dadas suas características, enquadra-se como bem comum nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital ou instrumento equivalente, por meio de especificações usuais de mercado.

**1.3. Modalidade de Contratação:** A modalidade de contratação indicada para a aquisição do objeto é o Pregão Eletrônico, em razão de tratar-se de bem comum, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, conforme previsão do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Inicialmente, cogitou-se a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2025 do CIRAU, tendo em vista a viabilidade e a celeridade que este procedimento poderia proporcionar. Todavia, no âmbito do Processo Administrativo nº 155/2025, a Procuradoria Jurídica Municipal, por meio do Parecer nº 111/2025, manifestou-se pela impossibilidade jurídica de prosseguimento, em virtude da cobrança de taxa administrativa pelo consórcio gestor, prática considerada contrária aos princípios da legalidade e moralidade administrativa, por caracterizar indevida mercantilização de atas de registro de preços.

Diante desses apontamentos, e visando resguardar a segurança jurídica, a transparência e a competitividade do certame, optou-se pela realização de licitação direta via Pregão Eletrônico, medida que afasta riscos de nulidade e garante aderência integral às exigências do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669 e do plano de trabalho aprovado pela SEAB.

Assim, a presente contratação será conduzida em conformidade com os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, assegurando que o Município obtenha a proposta mais vantajosa e compatível com as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

**1.4. Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade e Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho:** Para o atendimento da necessidade pública identificada e a garantia da qualidade, segurança e adequada prestação dos serviços públicos vinculados ao uso da motoniveladora, a solução a ser contratada deverá observar os seguintes requisitos:

a) Requisitos Técnicos do Objeto

* Motoniveladora nova, zero hora, última série de fabricação, ano/modelo vigente ou superior, admitida fabricação a partir do segundo semestre de 2024, desde que inexistentes modelos posteriores no mercado
* Potência efetiva líquida mínima de 140 HP;
* Motorização a diesel, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 490/2018 (PROCONVE MAR-III ou superior);
* Peso operacional mínimo de 14.000 kg e máximo de 17.550 kg;
* Transmissão tipo PowerShift, com no mínimo 6 marchas à frente e 3 à ré, com acoplamento por conversor de torque ou transmissão direta;
* Sistema hidráulico com bomba de pistão de fluxo variável, garantindo maior precisão nos movimentos da lâmina;
* Lâmina com dimensões de no mínimo 3.650 mm de largura e 610 mm de altura, com sistema hidráulico para tombamento e deslocamento lateral;
* Direção hidrostática, com raio de giro máximo de 7.200 mm e ângulo de talude de até 90º;
* Ripper traseiro com no mínimo 5 dentes;
* Pneus dianteiros e traseiros 14x24 G2/L2 ou superiores;
* Sistema elétrico 24V;
* Cabine fechada, com ar-condicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS;
* Tanque de combustível com capacidade mínima de 280 litros;
* Rastreador via satélite de fábrica, conforme exigido pelo Convênio nº 160/2025 – SEAB;
* Adesivagem institucional obrigatória, em conformidade com as diretrizes do Convênio nº 160/2025 – SEAB.
* Atendimento integral às normas técnicas aplicáveis da ABNT/NBR e às resoluções do CONTRAN, em especial aquelas relacionadas à segurança, sinalização e equipamentos obrigatório.

**b) Requisitos Legais e Convencionais**

* Compatibilidade integral com o Plano de Trabalho aprovado no Termo de Convênio nº 160/2025 – SIT 72669, firmado entre o Município de Bandeirantes/PR e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB;
* Observância à Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina licitações e contratos administrativos, bem como ao Decreto Municipal nº 3.537/2023, que regulamenta a aplicação da referida lei no âmbito do Município de Bandeirantes/PR;
* Atendimento às normas estaduais aplicáveis, em especial o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e suas atualizações, que regem a execução e a prestação de contas dos convênios e transferências voluntárias de recursos no Estado do Paraná, cujas disposições vinculam a correta utilização dos recursos recebidos pelo Município no âmbito do Convênio nº 160/2025;
* Contratação formalizada dentro do prazo de vigência do convênio, observando integralmente o cronograma de execução pactuado com a SEAB;
* Comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de motoniveladoras com características equivalentes, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

**c) Requisitos Administrativos e Operacionais**

* Entrega do equipamento diretamente na sede do Município de Bandeirantes/PR;
* Responsabilidade da contratada por transporte, seguro, documentação, frete, tributos e eventuais avarias até a entrega definitiva;
* Disponibilidade de assistência técnica própria ou autorizada pelo fabricante autorizada, localizada em raio máximo de 100 km da sede do Município de Bandeirantes/PR, com comprovação de vínculo formal e capacidade de atendimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, durante todo o período de garantia. \*

**\* Nota Explicativa:** *A exigência de suporte técnico próximo ou de atendimento rápido justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados pela motoniveladora, utilizada de forma intensiva na manutenção de estradas vicinais e em atividades de apoio à produção agrícola. A ausência de assistência técnica acessível pode gerar custos elevados ao Município, como despesas de transporte especializado, seguro e logística para deslocar o equipamento até oficinas distantes. Tais custos extrapolam o aspecto financeiro, pois acarretam a suspensão dos serviços administrativos e operacionais relacionados à manutenção da malha viária rural, prejudicando o transporte escolar, a circulação de insumos e o escoamento da produção agrícola, além de comprometer o acesso da população rural a serviços públicos essenciais. Assim, o requisito estabelecido observa os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, economicidade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo a preservação do interesse público e a plena execução do objeto do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669.*

**d) Serviços Inclusos na Contratação**

* Prazo e local de entrega: até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão da autorização de fornecimento/empenho, com entrega obrigatória diretamente na sede do Município de Bandeirantes/PR;

**\* Nota Explicativa:** O prazo de 90 dias para entrega mostra-se razoável e proporcional, considerando a necessidade de que a contratada providencie fabricação, transporte, licenciamento e preparação do equipamento para entrega em plenas condições de uso. Esse período encontra respaldo em práticas de mercado observadas em editais semelhantes (PNCP) e garante previsibilidade ao Município, sem comprometer a execução do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669.

* Licenciamento e tanque cheio: o equipamento deverá ser entregue em plenas condições de uso, devidamente licenciado e com tanque de combustível completo, sem ônus adicional ao Município;
* Documentação técnica: fornecimento obrigatório do manual do operador, manual de manutenção preventiva e corretiva, e certificado de garantia, todos redigidos em língua portuguesa;
* Garantia e assistência técnica: prazo mínimo de 12 (doze) meses de garantia total ou até 2000 hrs (o que ocorrer primeiro), com atendimento a chamados em até 48 (quarenta e oito) horas e substituição de peças ou do equipamento em até 10 (dez) dias úteis, conforme cláusulas contratuais;
* Apresentação de cronograma de revisões periódicas previstas pelo fabricante, incluindo plano de manutenção preventiva, bem como catálogo técnico e manual digital de peças e serviços

**\* Nota Explicativa:** A apresentação do cronograma de revisões e catálogo digital de peças visa garantir a rastreabilidade das manutenções preventivas e corretivas, reduzindo falhas operacionais e otimizando a gestão da frota pública, em consonância com o princípio da eficiência administrativa.

* Treinamento básico: realização de treinamento prático-operacional aos servidores designados pelo Município, com emissão de certificado de participação;
* Responsabilidade civil e legal: a contratada responderá integralmente por vícios, defeitos, danos e demais obrigações decorrentes da execução contratual, nos termos da legislação vigente.

**1.5. Amostra:** Considerando que o objeto desta contratação trata de motoniveladora nova, zero hora, última série de fabricação, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, não será exigida a apresentação de amostra física antes da contratação, em razão da inviabilidade técnica e econômica de disponibilização do bem para avaliação prévia.

Em substituição, será exigida da licitante vencedora a apresentação de: Catálogo técnico oficial do fabricante, contendo as especificações detalhadas do modelo ofertado; Declaração do fabricante ou distribuidor autorizado, atestando que o equipamento fornecido será novo, de linha de produção vigente, zero hora e em conformidade integral com as exigências do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669; Certificação de conformidade às normas ambientais e de segurança aplicáveis (CONAMA, PROCONVE MAR-III ou superior, ABNT/NBR e CONTRAN).

Essa exigência substitutiva garante a verificação prévia das condições de fornecimento e da compatibilidade do objeto com as necessidades do Município, preservando os princípios da economicidade, da razoabilidade e da competitividade.

O recebimento provisório e definitivo do equipamento ficará condicionado à verificação física de todos os requisitos técnicos, funcionais e operacionais no ato da entrega, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 3.537/2023 e nas cláusulas contratuais, sendo direito da Administração rejeitar o bem caso não atenda integralmente às especificações exigidas.

**1.6. Os critérios de sustentabilidade:** A presente contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Decreto Municipal nº 3.537/2023.

a) Eficiência energética e ambiental

* Exigência de motorização a diesel em conformidade com a Resolução CONAMA nº 490/2018 – PROCONVE MAR-III ou superior, reduzindo emissões de poluentes.
* Garantia de consumo energético otimizado, compatível com o uso prolongado em estradas rurais.

b) Durabilidade e ciclo de vida útil

* Aquisição de equipamento novo, zero hora, última série de fabricação, com vida útil estimada superior a 8 anos.
* Exigência de plano de manutenção preventiva e cronograma de revisões periódicas, prolongando o ciclo de uso e reduzindo custos operacionais.

c) Gestão de resíduos e peças

* Obrigação de fornecimento de peças originais e adequação ambiental no descarte de componentes substituídos durante o período de garantia.
* Garantia de assistência técnica autorizada localizada no Estado do Paraná, para reduzir custos de deslocamento e evitar longas paralisações dos serviços.

d) Responsabilidade social e econômica

* Exigência de regularidade trabalhista, previdenciária, fiscal e ambiental da contratada.
* Fortalecimento da economia regional por meio da exigência de suporte técnico local e treinamento operacional aos servidores municipais.

e) Redução de impactos operacionais

* Treinamento prático-operacional para servidores indicados, promovendo uso eficiente do equipamento.
* Garantia de atendimento técnico em até 48h, evitando interrupções prolongadas de serviços essenciais ao escoamento da produção agrícola.

**1.7. Critérios de Medição e Pagamento:** Considerando que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de 01 (uma) motoniveladora nova/zero hora, de natureza indivisível, os critérios de medição e pagamento deverão observar:

1.7.1. Medição do objeto: A medição se dará no ato da entrega do equipamento na sede do Município de Bandeirantes/PR, mediante apresentação da nota fiscal e da documentação técnica exigida (manuais, certificado de garantia, cronograma de revisões e catálogo oficial do fabricante).

1.7.2. O recebimento provisório ficará condicionado à verificação da conformidade do bem com as especificações estabelecidas no edital e neste Estudo Técnico Preliminar.

1.7.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência dos requisitos técnicos, funcionais e operacionais, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3.537/2023.

1.7.4. Liquidação e pagamento: O pagamento será efetuado em parcela única, após a entrega definitiva e aprovação do objeto pela Administração, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato. Não será admitido pagamento antecipado, salvo na forma excepcional prevista no art. 92, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal e desde que atendidos cumulativamente os requisitos legais, inclusive a prestação de garantias adicionais, se exigidas.

1.7.5. O prazo para liquidação e pagamento observará o previsto no edital e contrato, respeitando o limite razoável de até 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação da despesa, em alinhamento com a Instrução Normativa Seges/ME nº 77/2022.

1.7.6. Glosas e penalidades: Caso o equipamento seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas exigidas, a Administração poderá rejeitar o objeto ou aplicar glosas nos valores devidos, sem prejuízo das penalidades previstas em contrato. O não cumprimento dos prazos de entrega ensejará aplicação das sanções cabíveis, conforme art. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**1.8. Das contratações anteriores**: O Município de Bandeirantes/PR possui histórico consolidado de aquisições de veículos pesados e equipamentos destinados à melhoria da infraestrutura rural e urbana, tanto por meio de licitações próprias quanto por convênios celebrados com órgãos estaduais e federais, em especial junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e ao Governo Federal, por meio de programas de transferência voluntária de recursos.

No exercício de 2025, tramitou o Processo Administrativo nº 155/2025, que tinha por objeto a aquisição de motoniveladora, inicialmente pela adesão à Ata de Registro de Preços do Consórcio CIRAU. Todavia, ao ser submetido à análise da Procuradoria Jurídica Municipal, foi exarado o Parecer Jurídico nº 111/2025, em 02/09/2025, manifestando-se pela impossibilidade jurídica de prosseguimento do feito.

Em observância aos apontamentos jurídicos constantes do parecer, a equipe técnica de planejamento reavaliou o processo de aquisição, optando pela realização de licitação direta conduzida pelo Município, modalidade pregão eletrônico, em consonância com o Convênio nº 160/2025 – SIT 72669. Essa solução garante maior segurança jurídica, competitividade, transparência e conformidade com os princípios da Administração Pública.

**1.9. Da Subcontratação:** Considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de 01 (uma) motoniveladora nova/zero hora, bem permanente específico, cujo fornecimento exige garantia de fábrica, assistência técnica autorizada, entrega técnica especializada e treinamento operacional, não será admitida a subcontratação do objeto principal, nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

A execução do contrato deverá ser integralmente realizada pela empresa contratada, que assumirá responsabilidade direta pela entrega do equipamento, pelo cumprimento das especificações técnicas, pela execução da entrega técnica, pela realização do treinamento operacional e pela prestação da assistência técnica durante o período de garantia contratual.

Será admitida, apenas de forma acessória e excepcional, a utilização de terceiros pela fornecedora para atividades meramente logísticas (como transporte terceirizado do equipamento até o local de entrega), desde que essa contratação não descaracterize a responsabilidade integral da contratada principal, nem configure repasse de obrigações essenciais do contrato.

Fica vedada a subcontratação total do objeto ou de parcelas essenciais, não podendo a atuação da contratada se restringir à mera intermediação. Qualquer subcontratação em desconformidade com estas condições ensejará a rescisão contratual, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**1.10. Da participação de Cooperativas:** Será admitida a participação de cooperativas no certame, desde que atendam integralmente às condições previstas no edital, observada a legislação específica aplicável (Lei nº 5.764/1971 – Lei do Cooperativismo, Constituição Federal/1988 e demais normas correlatas), bem como a Lei nº 14.133/2021. As cooperativas licitantes deverão comprovar:

a) Regularidade de constituição e funcionamento, mediante registro na Junta Comercial ou órgão competente, acompanhado da ata de eleição da atual diretoria;

b) Compatibilidade entre o objeto social da cooperativa e a execução do objeto contratado, limitando-se àquelas que tenham como atividade econômica a comercialização de máquinas e equipamentos rodoviários ou agroindustriais;

c) Capacidade técnica e operacional, demonstrada por meio de atestados ou declarações que comprovem fornecimento de bens com características equivalentes, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021;

d) Regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;

e) Aquisição direta junto ao fabricante ou distribuidor autorizado, com emissão de nota fiscal própria e atendimento integral às condições de garantia, assistência técnica e rastreabilidade do equipamento;

f) Observância integral às exigências do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669, especialmente quanto ao fornecimento de motoniveladora nova, zero hora, de linha de produção vigente, com certificação ambiental e de segurança aplicáveis.

Fica vedada a participação de cooperativas de trabalho que atuem como meras intermediadoras de mão de obra, em desacordo com a legislação vigente e com a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

O atendimento a todas essas condições será verificado na fase de habilitação, mediante apresentação da documentação comprobatória exigida no edital, sob pena de inabilitação.

**1.11. Da participação de** **MEI'S, ME'S OU EPP'S**: Será admitida a participação de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no presente certame, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 e com a Lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza do objeto — aquisição de motoniveladora nova, zero hora, de fabricação industrializada e alto valor estimado — não será aplicável o regime de exclusividade de contratação previsto no art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006, restrito a licitações de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Todavia, as MEI’s, ME’s e EPP’s participantes farão jus aos benefícios legais aplicáveis, dentre os quais:

* Prazo adicional de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização fiscal, nos termos do art. 43 da LC nº 123/2006;
* Tratamento diferenciado em caso de empate ficto, conforme art. 44 da LC nº 123/2006, que assegura à ME/EPP o direito de apresentar proposta de preço inferior àquela mais bem classificada, dentro do limite legal de até 5% no caso de pregão eletrônico;
* Participação em igualdade de condições com as demais licitantes, desde que atendam integralmente às especificações técnicas, comerciais e legais exigidas para o fornecimento do objeto.

Ressalta-se que, em razão da complexidade técnica e do valor do objeto, a participação de MEI’s, ME’s e EPP’s ficará condicionada à demonstração de capacidade técnica, econômica e operacional para fornecimento de equipamento novo, de linha vigente, com garantia de fábrica e assistência técnica autorizada no Estado do Paraná, em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Convênio nº 160/2025 – SIT 72669. O não atendimento a esses requisitos implicará a inabilitação do licitante.

**1.12. Garantia da execução contratual:** Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, será exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, no percentual de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, a ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura contratual.

1. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades, à escolha da contratada:
2. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, conforme regulamentação;
3. seguro-garantia;

vigêsncia

1. fiança bancária.

A exigência da garantia justifica-se pela natureza e pelo valor do objeto, visando assegurar a entrega do equipamento conforme especificações técnicas e contratuais, resguardar a Administração de eventuais descumprimentos e proteger a execução do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669, celebrado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

A garantia ficará vinculada ao contrato até o recebimento definitivo do objeto e será liberada após a comprovação da plena execução das obrigações contratuais, sem prejuízo da retenção de valores em caso de pendências, vícios ou danos decorrentes do fornecimento.

1.13. **Manutenção e assistência técnica**

1.13.1. A contratada deverá prestar manutenção preventiva e corretiva durante todo o período de garantia da motoniveladora, conforme especificações do fabricante e contrato a ser firmado, abrangendo todas as providências necessárias à reparação de defeitos, substituição de peças e correção de eventuais falhas de funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

1.13.2. O atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da solicitação formal da Administração, incluindo deslocamento de pessoal, transporte, fornecimento de peças originais, insumos, mão de obra qualificada e demais custos correlatos.

1.13.3. Durante o período de garantia, todas as revisões obrigatórias e intervenções técnicas deverão observar integralmente as especificações do fabricante, sendo de responsabilidade da contratada a execução completa dos serviços, sem repasse de custos ao Município.

1.13.4. Caso seja necessária a substituição integral do equipamento, esta deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação por escrito pela Administração, mantendo-se o preço inicialmente contratado e sem qualquer ônus adicional ao Município.

1.13.5. As peças e componentes utilizados nos serviços de manutenção deverão ser originais de fábrica ou equivalentes, desde que certificados e plenamente compatíveis com as especificações técnicas do equipamento.

1.13.6. A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento para solicitações de assistência técnica, incluindo telefone e e-mail, assegurando suporte em língua portuguesa e por equipe técnica capacitada.

1.13.7. Todas as intervenções técnicas deverão ser formalmente registradas em relatório detalhado, contendo descrição do problema, providências adotadas, peças substituídas, datas e assinatura do responsável técnico, devendo o documento ser entregue à fiscalização do contrato para fins de controle e histórico de manutenção.

1.14. **Da duração do contrato:**

1.14.1 O prazo de vigência do contrato a ser firmado será condicionado à vigência do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669, celebrado entre o Município de Bandeirantes/PR e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), o qual possui duração de 28 (vinte e oito) meses a contar da data de sua assinatura.

**1.15. Necessidade ou não de vistoria dos licitantes ao local de execução do objeto**: Considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de 01 (uma) motoniveladora nova/zero hora, bem móvel de natureza padronizada e previamente especificada neste Estudo Técnico Preliminar, não será exigida a realização de vistoria técnica pelos licitantes em local de execução.

A verificação das condições de entrega e funcionamento do equipamento ocorrerá no ato do recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3.537/2023, assegurando que o bem esteja em plena conformidade com as especificações técnicas exigidas, devidamente licenciado, pronto para uso e sem ônus adicional ao Município.

**1.16. Modelo de Gestão**: O modelo de gestão deverá ser fixado em Termo de Referência, restando nesta oportunidade indicado o fiscal e gestor do contrato como sendo os constantes da Portaria nº 2.135/2025:

1**.17. Fiscalização**: A fiscalização do contrato deverá ser realizada pela Sr(a):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SECRETARIA MUNICIPAL** | **PORTARIA** | **NOME DO SERVIDOR** |
| DE AGRICULTURA | 2135/2025 | NILDA CRISTINA DA COSTA ANTUNES |

A gestão do contrato deverá ser realizada pela Sr(a):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SECRETARIA MUNICIPAL** | **PORTARIA** | **NOME DO SERVIDOR** |
| DE AGRICULTURA | 2135/2025 | CAMILA DIAS RAMALHO MATTA |

**1.18. Do sigilo das informações e da proteção a dados pessoais**

1.18.1. Em cumprimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), na Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas, a CONTRATADA deverá:

a) Manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados, documentos e especificações técnicas obtidas em razão da execução contratual, abstendo-se de divulgá-los, repassá-los ou utilizá-los para qualquer finalidade diversa daquela prevista no contrato;

b) Adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais eventualmente tratados durante a execução do contrato, prevenindo acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de dados;

c) Garantir que seus empregados, prepostos e subcontratados (quando autorizados) observem as mesmas obrigações de sigilo e proteção de dados, respondendo integralmente por eventuais infrações;

d) Notificar imediatamente a Administração Pública sobre qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais ou informações sigilosas, colaborando com a apuração e a adoção de medidas corretivas;

e) Restituir ou destruir, ao término da execução contratual, todos os documentos e informações obtidos, em conformidade com as orientações da CONTRATANTE e a legislação vigente, salvo quando a guarda for exigida por lei.

O descumprimento destas obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas em contrato, na Lei nº 14.133/2021, na LGPD e na legislação aplicável, sem prejuízo da reparação por eventuais danos causados à Administração Pública ou a terceiros.

**2 . Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (artigo 15,§1º, VIII do Decreto nº 3.537/2023):**

Nos termos do art. 15, §1º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 3.537/2023, a equipe de planejamento avaliou a possibilidade de parcelamento da presente contratação, considerando aspectos técnicos, econômicos e jurídicos. O objeto em análise consiste na **aquisição de 01 (uma) motoniveladora nova/zero hora**, equipamento de grande porte, natureza industrial e alto valor agregado, destinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, em atendimento ao Convênio nº 160/2025 – SIT 72669. Trata-se de **bem indivisível**, de fabricação seriada e padronizada, não sendo tecnicamente viável ou juridicamente possível sua divisão em itens, lotes ou parcelas. O parcelamento da contratação, além de **inviável do ponto de vista técnico**, acarretaria a perda da unidade do objeto e comprometeria a execução do plano de trabalho aprovado no convênio, que prevê a entrega de uma única motoniveladora como resultado final. Ademais, a divisão fictícia ou artificial do objeto poderia gerar insegurança contratual, elevar custos administrativos e afastar a padronização necessária ao fornecimento. Ainda que o parcelamento tenha como objetivo a ampliação da competitividade, no presente caso a **vantajosidade econômica é alcançada por meio da licitação direta** (Pregão Eletrônico ou Concorrência), sem necessidade de fracionamento, uma vez que o mercado fornecedor é composto por empresas fabricantes e distribuidoras de máquinas pesadas plenamente aptas a disputar o objeto em sua integralidade. Portanto, **não se aplica o parcelamento**, sendo a contratação conduzida de forma unitária, garantindo-se: atendimento integral ao plano de trabalho do convênio; padronização e integridade do bem a ser adquirido; maior eficiência na fiscalização e gestão contratual; mitigação de riscos de sobrepreço decorrentes da perda de economia de escala

**3- Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 15, §1º, XI do Decreto nº3.537/2023):**

A descrição da solução apresentada permite identificar todos os elementos que integram a contratação da motoniveladora, bem como os objetos correlatos que poderão ser impactados em seu ciclo de vida.

No âmbito do Município de Bandeirantes/PR, já existem contratações realizadas para aquisição de veículos pesados e implementos agrícolas (tais como tratores, retroescavadeiras e caminhões caçamba), destinadas ao fortalecimento da infraestrutura rural e urbana. Tais bens são complementares à utilização da motoniveladora, uma vez que atuam de forma integrada nas frentes de manutenção e recuperação das estradas vicinais. Do ponto de vista das contratações interdependentes, destacam-se:

* a necessidade de previsão orçamentária e de dotação específica para custeio de combustível e manutenção corretiva/preventiva, já contempladas em contratos vigentes da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária;
* a existência de contratos de fornecimento de óleo diesel, peças e pneus, que deverão absorver a demanda adicional gerada pela nova motoniveladora, sem necessidade de contratação exclusiva;
* a compatibilidade da nova aquisição com a infraestrutura logística municipal já existente, incluindo oficinas mecânicas, almoxarifado de peças e pátio de máquinas, que comportam a incorporação do bem.

Quanto ao plano de manutenção preventiva, este será diretamente vinculado às condições estabelecidas pelo fabricante, a serem observadas pela empresa fornecedora e pela fiscalização municipal. Assim, não haverá necessidade de contratação adicional de serviços terceirizados, salvo hipóteses extraordinárias de reparo fora da cobertura de garantia.

Por fim, ressalta-se que a contratação ora em análise não implica em sobreposição ou substituição de contratos vigentes, mas sim em expansão da capacidade operacional da frota municipal, promovendo maior eficiência e reduzindo a dependência de equipamentos já desgastados pelo uso contínuo.

**4- Resultados pretendidos (art. 15, §1º, IX do Decreto nº 3.537/2023):**

A presente contratação tem por finalidade gerar resultados concretos para o Município de Bandeirantes/PR, em especial no atendimento às demandas da infraestrutura rural e da logística de escoamento da produção agrícola, conforme as diretrizes do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669. Com a aquisição de **01 (uma) motoniveladora nova/zero hora**, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

1. **Melhoria da infraestrutura viária rural:**
   * Recuperação, nivelamento e conservação de aproximadamente **500 km de estradas vicinais** que integram a malha rural do Município, garantindo maior trafegabilidade e segurança.
   * Redução do tempo de deslocamento da população rural e melhor acesso a serviços públicos essenciais, como saúde e educação.
2. **Fortalecimento da produção agrícola e do desenvolvimento local:**
   * Garantia de condições adequadas para o **escoamento da safra e transporte de insumos**.
   * Apoio direto ao desenvolvimento socioeconômico local, especialmente para pequenos e médios produtores rurais.
3. **Eficiência operacional e redução de custos:**
   * Ampliação da capacidade da frota municipal, diminuindo a sobrecarga sobre os equipamentos atualmente em operação.
   * Diminuição de gastos com manutenção corretiva, locação de equipamentos e paralisações de obras públicas por indisponibilidade de maquinário.
4. **Sustentabilidade e vida útil prolongada:**
   * Utilização de equipamento novo, com tecnologia atualizada, reduzindo emissões e atendendo às normas ambientais (CONAMA, PROCONVE MAR-III ou superior).
   * Adoção de plano de manutenção preventiva e revisões técnicas previstas pelo fabricante, garantindo durabilidade estimada superior a 8 anos de uso intensivo.
5. **Atendimento às políticas públicas e convênios vigentes:**
   * Execução de forma compatível com os objetivos do Programa Estradas da Integração.
   * Cumprimento integral das metas estabelecidas no plano de trabalho aprovado junto à SEAB.

Em síntese, os resultados pretendidos consolidam-se na **prestação de serviços públicos mais eficientes, sustentáveis e economicamente vantajosos**, assegurando ganhos de escala e continuidade na melhoria da infraestrutura rural do Município.

5- **Providências a serem adotadas (art. 15, §1º, X do Decreto nº 3.537/2023):**

Para assegurar a efetiva e regular contratação da motoniveladora nova, zero hora, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, serão adotadas as seguintes providências pela Administração Municipal:

5.1. Elaboração do Termo de Referência: Com base nas definições constantes deste ETP, será elaborado o Termo de Referência contendo as especificações técnicas detalhadas do equipamento, condições de fornecimento, garantia, assistência técnica e demais cláusulas aplicáveis.

5.2. Instrução formal do processo licitatório: Inclusão da pesquisa de preços, memórias de cálculo, justificativas técnicas, parecer jurídico, minuta de edital e contrato, assegurando a conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 3.537/2023 e o Convênio nº 160/2025 – SIT 72669.

5.3. Execução orçamentária e financeira: Reserva e empenho da contrapartida municipal e dos recursos do convênio, assegurando a disponibilidade orçamentária e financeira necessária à aquisição.

5.4. Publicação e transparência: Divulgação do edital, extratos e demais atos obrigatórios no PNCP e nos meios oficiais, conforme arts. 54 e 174 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Gestão contratual e fiscalização: Designação formal de fiscal de contrato, responsável por acompanhar a execução, conferir as especificações técnicas, verificar a documentação, emitir o recebimento provisório e definitivo e manter registro fotográfico e documental da entrega, para comprovação junto ao órgão concedente e aos órgãos de controle.

5.6. Comunicação e agendamento da entrega: Contato formal com a empresa vencedora para definição da data de entrega, observando o prazo contratual e o Plano de Trabalho do convênio.

5.7. Registro patrimonial e integração ao sistema de controle de máquinas: Incorporação da motoniveladora ao patrimônio público municipal e registro no sistema de bens da Secretaria de Agricultura e Pecuária, vinculando-a às atividades previstas no convênio.

5.8. Treinamento operacional: Realização de treinamento prático-operacional aos servidores designados, com emissão de certificado de participação, conforme previsto nas condições de fornecimento.

5.9. Prestação de contas: Apresentação ao órgão concedente da prestação de contas, no prazo e forma previstos no convênio, com toda a documentação comprobatória da aquisição.

**6.Possíveis impactos ambientais (art. 15, §1º, XII do Decreto nº 3.537/2023):**

A aquisição de 01 (uma) Motoniveladora nova/zero hora, última série de fabricação, com motorização compatível às normas de controle de emissões veiculares estabelecidas na Resolução CONAMA nº 490/2018 (Proconve P8 – equivalente ao Euro VI), contribuirá para a redução significativa da emissão de poluentes atmosféricos, em comparação com os equipamentos mais antigos atualmente em operação na frota municipal.

Além da maior eficiência energética e da incorporação de tecnologias de controle de emissões, a Motoniveladora será destinada prioritariamente a serviços de infraestrutura viária rural, notadamente à manutenção e recuperação de estradas vicinais, o que indiretamente favorece:

* a melhoria do escoamento da produção agrícola,
* a redução do consumo de combustíveis em veículos de transporte, pela melhoria das condições de rodagem, e
* a mitigação de danos ambientais associados a más condições das vias, como erosões, assoreamento de cursos d’água e aumento de poeira em áreas rurais.

Os potenciais impactos ambientais negativos relacionados à operação do equipamento — como emissão de gases de efeito estufa, consumo de combustível fóssil, geração de resíduos sólidos e desgaste de componentes — serão mitigados mediante a adoção das seguintes medidas:

* Manutenção preventiva e corretiva regular, realizada exclusivamente em oficinas autorizadas, assegurando eficiência energética e redução de poluentes;
* Uso de combustíveis e lubrificantes de qualidade e em conformidade com as normas da ANP e do fabricante;
* Descarte ambientalmente adequado de pneus, baterias, filtros, óleos e demais resíduos, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e às normas ambientais correlatas (CONAMA, ABNT/NBR);
* Registro e acompanhamento das manutenções, garantindo a rastreabilidade ambiental e o cumprimento das exigências legais.

Dessa forma, a contratação apresenta baixo potencial de impacto ambiental negativo e está plenamente alinhada aos objetivos de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 3.537/2023, reforçando o compromisso da Administração Municipal com a promoção do desenvolvimento sustentável, a preservação do meio ambiente e a eficiência no uso dos recursos públicos.

**V – Posicionamento Conclusivo:**

Após a análise detalhada constante deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade e adequação da contratação para aquisição de 01 (uma) motoniveladora nova/zero hora, destinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Bandeirantes/PR, como a melhor solução para o atendimento da necessidade pública identificada.

A contratação justifica-se pelo diagnóstico apresentado quanto à necessidade de fortalecimento da infraestrutura rural, considerando a malha viária municipal superior a 500 km de estradas vicinais, essenciais para o escoamento da produção agrícola, o acesso de insumos e a mobilidade da população. A frota atual encontra-se em uso intenso e apresenta limitações operacionais, o que evidencia a carência de reforço estrutural imediato.

No levantamento de mercado e análise de alternativas foram avaliadas hipóteses como locação, cessão de uso e aquisição de equipamentos usados, todas descartadas por não atenderem às exigências do Convênio nº 160/2025 – SIT 72669, firmado com a SEAB, ou por representarem maior custo e risco ao interesse público. A opção pela aquisição de bem novo/zero hora, com garantia de fábrica e assistência técnica autorizada, demonstrou-se a única plenamente compatível com os parâmetros normativos, técnicos e econômicos.

Na descrição da solução escolhida, restou evidenciado que a licitação direta, na modalidade pregão eletrônico, constitui o modelo que melhor atende ao convênio, amplia a competitividade, garante segurança jurídica e afasta riscos identificados em processos anteriores, especialmente no tocante à cobrança de taxas administrativas em atas de registro de preços.

Dessa forma, a contratação apresenta-se:

* compatível integralmente com o Convênio nº 160/2025 – SIT 72669 e com o Plano de Trabalho aprovado;
* em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 3.537/2023 e o Decreto Federal nº 11.531/2023;
* adequada às necessidades públicas diagnosticadas e orientada pela economicidade na aplicação dos recursos transferidos;
* garantidora de eficiência operacional, segurança e continuidade dos serviços públicos prestados pelo Município.

Posiciona-se, portanto, pela adoção da solução proposta e pela viabilidade da contratação, reconhecendo-se que o processo conduzido atende aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e vantajosidade, conferindo segurança técnica e jurídica à Administração.

Bandeirantes (PR), 24 de setembro de 2025

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CAMILA DIAS RAMALHO MATTA**

**Secretária de Agricultura e Pecuária**